

Alguém é responsável pela ICESA

# Uma «fábrica» de mil casas por ano vai fechar a porta dentro de dias?



A empresa que no nosso País possui uma maior capacidade de construção de casas, está a realizar, neste momento, menos de um quarto do que normalmente atingiria, como já prou, e, dentro de duas semanas, poderá paralisar completamente. Portugal precisa, dizem repetidamente fontes oficiais, de qualquer coisa como um milhão de habitações, mas...

A ICESA — Indústrias de Construção e Empreendimentos Turísticos, SARL, foi criada em 1964 no âmbito do que então se chamava o "Grupo Borges", e a técnica de pré-fabricação pesada que usa, isolada, entre nós foi ensinada a muitos portugueses que não irão poder mais aplicá-la aqui se, como tudo indica, a empresa acabar por paralisar. "É um Rolls-Royce num palheiro", diz triste quem a viu crescer. Portugal não é um País rico e a experiência custa caro, mas...

Não apareceu muitas vezes nas páginas dos jornais nos últimos anos. Os cerca de 1300 trabalhadores que ainda se mantêm na ICESA — com quatro meses de salários por receber — optaram desde o 25 de Abril por manter a serenidade e a laboração, acatando os ordenados mínimos contratuais e chegando a trabalhar para além dos seus horários. Quase todos apelam para a consciência dos trabalhadores face à situação das suas empresas e do País, mas...

Se a ICESA falir, como a impossibilidade de quem devia actuar parece ir ditar, a breve prazo, cerca de 10 mil portugueses ficarão sem emprego. Não é novidade para ninguém

que precisamos é de criar postos de trabalho, para diminuir as várias centenas de milhares de desempregados que temos, mas...

Um grupo de técnicos de vários sectores da empresa, que, ao longo de uma entrevista que publicamos em seguida, na sua parte essencial, apolidamos de "ICESA", quer que os portugueses tenham conhecimento destes e de outros "mas" que a situação da firma levanta. "É preciso que alguém responsável saiba o que se está a passar"...

Na opinião dos nossos entrevistados, para pôr a navegar de novo essa "courageada" que é a empresa, não basta deitar-lhe em cima dois copos de água. É necessário decidir de uma vez por todas. Nem que seja — dizem — a morte da ICESA. Sempre seriam menos mil contos por dia que, confusamente ou não, estão a sair ou sairão um dia dos bolsos de todos nós.

Mil contos diários, ainda segundo os nossos entrevistados, é o preço por que nos fica a empresa moribunda, cujos trabalhadores apelaram publicamente, há dias, para que Maria de Lurdes Pintasilgo aceite ver com os seus próprios olhos o que o Governo a que preside, de resto, à semelhança de todos os outros anteriores, está a deixar destruir. Por tudo isto, independentemente de saber ao certo a quem é que a ICESA "pertence", interessa tentar deslindar as linhas com que nos estão a tentar coser. No mínimo, por estupidéz.

ISABEL VALADARES

"O DIA" — Juridicamente, qual é o estatuto da Icesa?

ICESA — A Icesa é uma empresa privada que tem a seguinte particularidade: os accionistas são empresas nacionalizadas ou intervencionadas, em que o Ministério das Finanças é o Ministério da tutela. A totalidade das acções pertence às empresas do ex-Grupo Borges e essas empresas que detêm a maioria do capital são empresas intervencionadas ou nacionalizadas. Portanto, a Icesa é privada, mas, indirectamente, pertence ao Estado. A empresa está dependente de dois polos de decisão: um é o Banco Borges, que além de ser accionista, de ter dirigido a empresa durante estes anos todos a seu bel-prazer e, por outro lado, ser também o seu principal credor, em valores que atingem dois milhões de contos, e o outro é o Governo, através do Ministério das Finanças, departamento este que também é, digamos, o Ministério da tutela e que ainda não resolveu o problema da empresa, que se encontra presentemente com um contrato de viabilização entregue.

"O DIA" — Concretamente, qual é a acção que, em vossa opinião, o Banco e o Ministério das Finanças deveriam desenvolver com vista à salvação da empresa?

ICESA — Quanto ao Banco, há dois tipos de acções: as imediatas e as de fundo. O Banco há dois meses atrás cortou praticamente os financiamentos à empresa, originando, portanto, a sua paralisação. Disse que era uma atitude que tomava para pressionar o Governo a tomar uma decisão e, por outro lado, o argumento, digamos técnico, que é invocado, é de o de que o Banco não pode ir aumentando o "plafond" de financiamento.

Ao cortar o esquema do financiamento à produção, que vinha sendo seguido, faz com que a empresa não tenha meios financeiros e por causa disso vai paralisando e, dada a sua dimensão, arrasta uma série de pequenas e médias empresas que vão para a falência atrás de si.

"O DIA" — Quantos trabalhadores calculam que estarão envolvidos nesse processo, em caso de falência da Icesa?

ICESA — Isto envolve tu-

do, em caso de falência da Icesa, na ordem de 10 mil pessoas. São os reflexos que se estimam, porque nós temos muitos subempreiteiros que trabalham exclusivamente para nós e há empresas constituídas exclusivamente para servir a Icesa. Isto tudo numa empresa que produz ou pode produzir ou tem capacidade para produzir a preços de mercado mil fogos por ano. Isto, num País em que as carências de habitações se estimam em valores muito grandes, havendo quem diga que atinge um milhão de fogos.

Todos os dias a empresa, o Estado, perde uma verba estimada em cerca de mil contos.

"O DIA" — Essa verba repete apenas à ICESA em si?

ICESA — À Icesa em si. A empresa tem encargos com pessoal da ordem dos 20 mil contos por mês e, se não estiver a produzir, são 20 mil contos que se perdem. Isto para não falar em tudo o que se desperdiça de alimentação, porque as pessoas estão lá, não fazem nada, mas almoçam, etc., etc...

Ora, num País que se diz desequilibrado, parece-nos

um bocado irracional que o Governo não tome uma posição, quanto mais não seja o Governo a nível do País, ganhariam mil contos por dia se a Icesa fechasse a porta...

"O DIA" — Não chegaram a especificar qual seria a acção que advogam que o Ministério das Finanças deveria tomar...

ICESA — Seria o seguinte: O Ministério das Finanças tem as empresas donas da ICESA todas intervencionadas, e por outro lado, tem na sua dependência o Banco Borges, através da Secretaria de Estado do Tesouro. Se tivéssemos de decidir do ponto de vista do Governo relativamente a este ponto, pensamos que diríamos: primeiro, enquanto não houver uma solução de fundo, temos que arranjar um esquema alternativo para pôr a empresa a funcionar de modo que não perca mil contos por dia produzindo e ocupando as pessoas, simultaneamente... Nessa perspectiva, o Ministério das Finanças, através da Secretaria de Estado do Tesouro, pode dizer aos gestores do banco para realizarem um esquema "xia" da financiamento para a empresa.

A única coisa que de facto existe, neste momento, é um estudo de viabilização, um dossier de propositura de contrato de viabilização, extremamente exaustivo que tem 14 volumes e que encontra uma série de soluções de viabilização. E as pessoas contestam-no porque é fácil

ainda nenhuma resposta oficial a esse contrato?

ICESA — O banco deu um parecer desfavorável e a comissão dos pareceres dos contratos também deu um parecer desfavorável.

Quando dizemos desfavorável estamos a referir-nos à inclusão da empresa no grau "E" dos contratos de viabilização, grau este que se dá às empresas consideradas inviáveis. O Banco Borges e Irmão teve em 1977 uma política de recuperação da empresa, financiando a sua produção, até se concretizar o contrato, ou qualquer outro mecanismo que resolvesse os problemas de fundo da empresa. Era assim: os senhores fazem um fogo, nós financiamos um fogo; os senhores fazem dois fogos, nós financiamos dois... O banco recebia o dinheiro quando os clientes nos pagavam a nós, mas todos os meses voltava a financiar a produção. Evidentemente, cobrando os juros que não são tão pouco como isso e descontando-os à cabeça nós, assim, aumentamos a produção. Simplesmente, o conselho de restituição do banco muda em Janeiro de 78 e regista-se uma série de alterações, quanto à continuidade daquele esquema de financiamento. Sempre que fomos atingir o máximo da capacidade produtiva da empresa — estimada em quatro fogos/dia — o Banco Borges cortava-nos o financiamento. Fez isto três vezes. Assim se viveu o ano de 1978.

O novo conselho de gestão do Banco Borges decidiu que não vai arriscar mais dinheiro e, portanto, só vos financiamos mais se nós entregarmos dinheiro primeiro, e depois de cobrarem, evidentemente, os respectivos juros. Nós recebemos, por exemplo, 20 mil contos de um cliente, vamos entregar o cheque ao banco e o banco financia-nos os 20 mil contos, descontando três mil ou quatro mil contos. Isto quanto a nós é um esquema de financiamento irracional. Podíamos fechar hoje a empresa, mandar as pessoas todas para casa, não produzir mais nada e fomos entregando ao banco os 100 ou 200 mil contos que temos a receber de clientes, o banco financiaria, cobrando os respectivos juros, e nós mandávamos simplesmente o dinheiro para casa às pessoas. Não inte-

JÁ À VENDA NAS LIVRARIAS



...situação apelamos para a consciência dos consumidores face a situação das suas empresas e do País, mais...

Se a ICESA falir, como a impossibilidade de quem devia actuar parecia ir ditar, a breve prazo, cerca de 10 mil portugueses ficarão sem emprego. Não é novidade para ninguém

"O DIA" — Juridicamente, qual é o estatuto da Icesa?

ICESA — A Icesa é uma empresa privada que tem a seguinte particularidade: os accionistas são empresas nacionalizadas ou intervencionadas, em que o Ministério das Finanças é o Ministério da tutela. A totalidade das acções pertence às empresas do ex-Grupo Borges e essas empresas que detêm a maioria do capital são empresas intervencionadas ou nacionalizadas. Portanto, a Icesa é privada, mas, indirectamente, pertence ao Estado. A empresa está dependente de dois polos de decisão: um é o Banco Borges, que além de ser accionista, de ter dirigido a empresa durante estes anos todos a seu bel-prazer e, por outro lado, ser também o seu principal credor, em valores que atingem dois milhões de contos e o outro é o Governo, através do Ministério das Finanças, departamento este que também é, digamos, o Ministério da tutela e que ainda não resolveu o problema da empresa, que se encontra presentemente com um contrato de viabilização entregue.

"O DIA" — Concretamente, qual é a acção que, em vossa opinião, o Banco e o Ministério das Finanças deveriam desenvolver com vista à salvação da empresa?

ICESA — Quanto ao Banco, há dois tipos de acções: as imediatas e as de fundo. O Banco há dois meses atrás cortou praticamente os financiamentos à empresa, originando, portanto, a sua paralisação. Disse que era uma atitude que tomava para pressionar o Governo a tomar uma decisão e, por outro lado, o argumento, digamos técnico, que é invocado, é de o de que o Banco não pode ir aumentando o "plafond" de financiamento.

Ao cortar o esquema do financiamento à produção, que vinha sendo seguido, faz com que a empresa não tenha meios financeiros e por causa disso vai paralisando e, dada a sua dimensão, arrasta uma série de pequenas e médias empresas que vão para a falência atrás de si.

"O DIA" — Quantos trabalhadores calculam que estarão envolvidos nesse processo, em caso de falência da Icesa?

ICESA — Isto envolve tu-

do, em caso de falência da Icesa, na ordem de 10 mil pessoas. São os reflexos que se estimam, porque nós temos muitos subempreiteiros que trabalham exclusivamente para nós e há empresas constituídas exclusivamente para servir a Icesa. Isto tudo numa empresa que produz ou pode produzir ou tem capacidade para produzir a preços de mercado mil fogos por ano. Isto, num País em que as carências de habitações se estimam em valores muito grandes, havendo quem diga que atinge um milhão de fogos.

Todos os dias a empresa, o Estado, perde uma verba estimada em cerca de mil contos.

"O DIA" — Essa verba repolta apenas à ICESA em si?

ICESA — À Icesa em si. A empresa tem encargos com pessoal da ordem dos 20 mil contos por mês e, se não estiver a produzir, são 20 mil contos que se perdem. Isto para não falar em tudo o que se desperdiça de alimentação, porque as pessoas estão lá, não fazem nada, mas almoçam, etc, etc...

Ora, num País que se diz desequilibrado, parece-nos

um bocado irracional que o Governo não tome uma posição, quanto mais não seja o Governo, o Estado ou o País, ganharíamos mil contos por dia se a Icesa fechasse a porta...

"O DIA" — Não chegaram a especificar qual seria a acção que advogam que o Ministério das Finanças deveria tomar...

ICESA — Seria o seguinte: O Ministério das Finanças tem as empresas donas da ICESA todas intervencionadas, e por outro lado, tem na sua dependência o Banco Borges, através da Secretaria de Estado do Tesouro. Se tivéssemos de decidir do ponto de vista do Governo relativamente a este ponto, pensamos que diríamos: primeiro, enquanto não houver uma solução de fundo, temos que arranjar um esquema alternativo para pôr a empresa a funcionar de modo que não perca mil contos por dia produzindo e ocupando as pessoas, simultaneamente... Nessa perspectiva, o Ministério das Finanças, através da Secretaria de Estado do Tesouro, pode dizer aos gestores do banco para realizarem um esquema "xis" de financiamento para a empresa.

A única coisa que de facto existe, neste momento, é um estudo de viabilização, um dossier de propositura de contrato de viabilização, extremamente exaustivo que tem 14 volumes e que encontra uma série de soluções de viabilização. E as pessoas contestam-no porque é fácil contestar, destruir, dizer "não", mas, tecnicamente, ainda não houve nenhuma entidade que tenha rebatido o contrato de viabilização.

FINANCIAR FOGO A FOGO

"O DIA" — Não houve

um fogo; os senhores fazem dois fogos, nós financiamos dois... O banco recebia o dinheiro quando os clientes nos pagavam a nós, mas todos os meses voltava a financiar a produção. Evidentemente, cobrando os juros que não são tão pouco como isso e descontando-os à cabeça nós, assim, aumentámos a produção. Simplesmente, o conselho de gestão do banco muda em Janeiro de 78 e regista-se uma série de alterações, quanto à continuidade daquele esquema de financiamento. Sempre que fomos atingir o máximo da capacidade produtiva da empresa — estimada em quatro fogos/dia — o Banco Borges cortava-nos o financiamento. Fez isto três vezes. Assim se viveu o ano de 1978.

O novo conselho de gestão do Banco Borges decidiu que não vai arriscar mais dinheiro e, portanto, só vos financiamos mais se nós entregarmos dinheiro primeiro, e depois de cobrarem, evidentemente, os respectivos juros. Nós recebemos, por exemplo, 20 mil contos de um cliente, vamos entregar o cheque ao banco e o banco financia-nos os 20 mil contos, descontando três mil ou quatro mil contos. Isto quanto a nós é um esquema de financiamento irracional. Pódíamos fechar hoje a empresa, mandar as pessoas todas para casa, não produzir mais nada e fomos entregando ao banco os 100 ou 200 mil contos que temos a receber de clientes, o banco financiaria, cobrando os respectivos juros, e nós mandávamos simplesmente o dinheiro para casa às pessoas. Não interessa produzir.

Evidentemente que a única entidade que vive sossegada no meio disto tudo, talvez inconscientemente, é o banco, que originou este esquema.

Temos que ver que nenhuma empresa pode dar dinheiro caindo ele das árvores. As empresas dão dinheiro se empatarem dinheiro nos seus empreendimentos. E a construção não é como vender pacotes de margarina. Um projecto demora dois anos a desenvolver.

Uma empresa como a Icesa pode funcionar e produzir se não for estrangulada. Se for estrangulada não pode. O banco parece criar essas condições e depois arma-se em vítima da empresa. Ele estrangula-a e depois diz que ela não presta, que está estrangulada.

"EM TERMOS MORAIS, A EMPRESA NÃO DEVE NADA AO BANCO"...

"Não é por acaso, no entanto, que isto tudo acontece. A história das relações entre o banco e a Icesa já

JÁ À VENDA NAS LIVRARIAS

**blatnoi**  
a mafia, o crime, a marginalidade, na URSS  
autobiografia dum indomável  
**MIKHAIL DUBINE**

Centro de Documentação Cultural O FUTURO

fernando ribeiro de melo/edições almodite

A fachada dum sociedade policiada e respeitável estilhaça-se: perante o leitor percebem, num contínuo inesgotável e impressionante, as personalidades mais extravagantes, os tipos humanos mais temerários, as situações e as perspectivas mais inauditas. Dentro dum universo social condicionado, eis o mundo turbulento e secreto dos blatnoi!

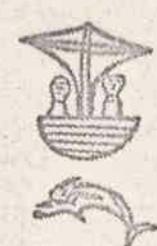
Distribuição exclusiva: CASA DO LIVRO EDITORA, LDA. Rua do Arco, 100 - 1000 Lisboa

O prazer de uma boa refeição  
**SNACK BAR**  
**HOTEL LUTÉCIA**

Não é só o prazer de um ambiente agradável, da comida bem confeccionada, de um serviço eficiente. É também o prazer de preços ao seu gosto e o prazer que nos dá a sua companhia. Às 6.<sup>as</sup> e sábados ficamos abertos até às 2 da manhã. Mesmo à mão para você vir ceiar depois dum espectáculo.

Exemplo: Rua Av. Fern. Miguel Contreras 52 (Av. de Roma) no edifício do hotel cliente. Voz e telem. Mafalda 101.

delfim



Boutique — Decoração

ao comemorar o seu 18.º aniversário agradece ao público a preferência demonstrada.

# Um «rolls-royce» apodrece num palheiro

## Quantos dizem que a ICESA vai falir têm eles próprios estão a fazer tudo para isso...

*Ano em relação ao em.*

vêm de muito longe. A Icesa foi criada como as empresas antigamente eram criadas pelos ex-grupos económicos. Foi criada com determinada finalidade, pertencia ao Banco Borges e Irmão e não tinha lucros, tinha prejuízos, mas prejuízos esses que não eram reais. Eram prejuízos que se reflectiam no próprio banco. Portanto, em termos de resultado consolidado, o grupo Borges podia ter valores positivos. No final do ano, a Icesa cobria o prejuízo de todas as outras empresas. Além de outras jogadas que se faziam de indemnizações e de contratos de indemnizações, que se revestia para a empresa em centenas de milhares de contos de prejuízo. Evidentemente que a Icesa também servia para subscrever empréstimos internacionais que não entram na Icesa, entraram no Banco Borges, para baixar a dívida da Icesa, dívida essa que não era dívida... Portanto, em termos morais, a Icesa não deve nada ao banco. O banco é que deve à Icesa, se calhar. Simplesmente, em termos contabilísticos, a situação é essa, de facto.

**"O DIA" — Como é que explicam a resposta negativa que o contrato de viabilização terá tido?**

ICESA — O contrato de viabilização foi aprovado pela empresa, a empresa propôs à comissão de apreciação dos contratos, que, se julgamos saber, definiu a empresa como não tendo interesse nacional. Isto implica que a banca imediatamente fica proibida, ou não deve, financiar nem mais um tostão à empresa e a arrasta para uma situação incontrolável. O problema da empresa não é um problema técnico, ou financeiro, ou económico. O problema da Icesa implica necessariamente, e acima de tudo, uma decisão política, porque é uma empresa que faz casas e os Governos todos e os partidos todos dizem que há falta de casas, todos também se propondo resolver o problema.

Ora, há aqui uma unidade que é do Estado, indirectamente, que faz habitações a preços mais baixos do que os do mercado e se o Governo acaba com ela, ou não decide, que é o mesmo que acabar com ela, no fundo está a dizer que quer casas e depois não quer casas. Há uma contradição relativamente a estas duas atitudes.

**"INVIABILIZAR A EMPRESA A TODO O**

trato de viabilização há um aspecto a frisar: a empresa fez esse estudo de acordo com orientações do banco. Nós podíamos ter uma viabilização em muito menos tempo se tivéssemos tido autonomia para fazer o contrato. Mas não. O banco diz: nós só apoiamos o contrato se for feito assim.

Ensinam o caminho e quando a gente chega ao fim, porque mudou o conselho de gestão do banco, dizem-nos que o caminho é inviável. Parece que há aqui uma intenção de inviabilizar a empresa a todo o custo.

O banco podia transformar a dívida de dois milhões de contos em aumento de capital social. Ora, a empresa pode fazer mil fogos por ano, cada fogo anda à volta de mil contos, portanto, a empresa tem um valor de produção ou um "chiffre d'affaires" na ordem do milhão de contos. O Instituto do Investimento Estrangeiro exige, por exemplo, que as empresas que estejam interessadas em vir para cá tenham uma relação de 30 por cento de capitais próprios relativamente ao montante do volume de vendas, o que quer dizer que nós teríamos que ter, dentro do mesmo esquema, 300 mil contos. Temos 150 mil. Ora o banco podia, dos dois milhões de contos, agarrar em 150 e reconvertê-los em aumento de capital da empresa. Diminuiu deste modo a verba que temos a recuperar. O que se constata de tudo isto é que o banco intervém na empresa, mas juridicamente não tem nada a ver com isso, ou pode-se escusar. Só intervém quando lhe convém.

Quando dizemos que o problema da Icesa é político é porque ele exige uma decisão política. Porque, depois, as técnicas de saneamento e as técnicas de recuperação da empresa são fáceis ou são possíveis. Tem é que haver antes uma decisão política que ninguém quer tomar.

Inclusivamente este Governo, que tem sido bastante sensibilizado para o problema, entendemos que já teria tido oportunidade e meios para tomar uma decisão transitória, para pôr a empresa a funcionar.

**CLAMA-SE PELO QUE SE DEITA A PERDER**

**"O DIA" — Dando ordens ao banco nesse sentido?**

ICESA — Dando ordens

de viabilização não está resolvido, queiram vocês, banco, fazer, no mínimo, com que a empresa não perca mais tempo. Ou seja, retomar o esquema de financiamento que vinham realizando em 77. Basta isto. E a empresa produz logo.

**"O DIA" — Qual é presentemente a produção diária da empresa?**

ICESA — 0,7 fogos por dia, mas está a baixar.

Mas uma empresa industrial, ao chegar a zero, tem uma inércia tal que depois é

individualmente. Mas nunca houve nenhum conflito laboral. Até houve auras em que trabalharam espontaneamente fora dos seus horários para dar arranque aos planos de recuperação da empresa.

**"O DIA" — No caso de este Governo terminar as suas funções sem ter resolvido a situação da ICESA, o que é que crêem acontecerá à empresa?**

ICESA — O Governo pode sempre resolver, nem que seja num dia, o problema transitório. Nós aceitamos que o

to tempo mais é que a empresa vai estrebuchar?

ICESA — A empresa pára completamente em meados deste mês de Dezembro. Se isto não se desbloquear, a empresa vai parar dentro de uma semana ou duas porque nós não temos dinheiro para cimento e não havendo cimento é escusado.

**"O DIA" — Consideram que a decisão do banco de não financiar a empresa e as consequências que daí advêm, é uma decisão estúpida mesmo em termos do pró-**



*Nenhuma outra empresa no País consegue bater a Icesa em rapidez de construção e preços*

difícil pô-la rapidamente a movimentar. Além disso, nós utilizamos uma técnica de pré-fabricação pesada, técnica essa que é praticamente única no País.

O secretário de Estado vem para a televisão dizer que a salvação da carência habitacional é avançar-se em força na pré-fabricação. Nós temos os processos mais evoluídos em pré-fabricação pesada — temos um processo que tem resultado, que é rápido, conduz a grandes bairros, em pouco tempo, e a preços baixos e deixa-se tudo isto ir por água abaixo... É preciso que alguém responsável tenha conhecimento disto.

**"O DIA" — Como é que os trabalhadores têm reagido em todo este processo?**

ICESA — Os trabalhadores têm reagido sempre de maneira razoável relativamente a todos os atrasos de pagamento de salários e a todos os problemas que têm existido. Evidentemente que, neste momento, a gravidade dos problemas pessoais é tão

problema de fundo da empresa seja difícil de resolver porque há muitos interesses em jogo e porque envolve montantes bastante volumosos. Agora, o que me parece fácil decidir é se a empresa tem interesse do ponto de vista nacional ou não.

Decretando a falência, tudo será vendido ao desbarato e há um aspecto muito mais grave que são os clientes. Os milhares de pessoas que têm fogos comprados, mas não têm escritura feita, vão ficar sem o dinheiro que deram e sem a casa.

E o Estado, que tem uma empresa destas e que deixa evoluir a situação nesse sentido, para nós, se o fizer conscientemente, está a roubar toda a gente. Juridicamente tudo isto pode estar certo, moralmente é que não está.

Neste momento temos entre mãos, entre acabado e para acabar, 2475 fogos mais 32 lojas.

**A FALÊNCIA NUNCA SERÁ MORAL**

prio banco, ou não?

ICESA — Claro. É uma decisão estúpida em termos de economia, em termos de uma perspectiva mais longa. No entanto, do ponto de vista da economia nacional, a decisão é um profundo disparate.

Supomos que o ponto nevrálgico desta questão é que as dificuldades podiam vir de entidades oficiais que conscientemente estavam a



rece num palheiro

# Se a ICESA vai falir têm razão: e a fazer tudo para isso...

viabilização não está revidido, queiram vocês, ban- fazer, no mínimo, com a empresa não perca is tempo. Ou seja, retór o esquema de financian- to que vinham realizando em 77. Basta isto. E a em- sa produz logo.

"O DIA" — Qual é presen- mente a produção diária da presa?

ICESA — 0,7 fogos por , mas está a baixar.

Mas uma empresa indus- al, ao chegar a zero, tem a inércia tal que depois é

individualmente. Mas nunca houve nenhum conflito labo- ral. Até houve alturas em que trabalharam espontanea- mente fora dos seus horários para dar arranque aos planos de recuperação da empresa.

"O DIA" — No caso de este Governo terminar as suas funções sem ter resolvido a situação da ICESA, o que é que crêem acontecerá à em- presa?

ICESA — O Governo pode sempre resolver, nem que seja num dia, o problema tran- sitório. Nós aceitamos que o

to tempo mais é que a em- presa vai estrebuchar?

ICESA — A empresa pára completamente em meados deste mês de Dezembro. Se isto não se desbloquear, a empresa vai parar dentro de uma semana ou duas porque nós não temos dinheiro para cimento e não havendo ci- mento é escusado.

"O DIA" — Consideram que a decisão do banco de não financiar a empresa e as consequências que daí advêm, é uma decisão estúpida mesmo em termos do pró-

levantá-las. Mas, neste caso, pensamos que não. Há qua- tro ou cinco entidades priva- das, pessoas, que têm razões definitivas para terem um as- co tremendo à ICESA e que- rem destruí-la.

Uma das pessoas esteve na administração da Icesa, propôs-se fazer mundos e fun- dos, não conseguiu e saiu res- sentida. Hoje está na gestão das associadas da Icesa, é di- rector do banco, e custa-lhe ver que há quem talvez consiga "saltar mais um metro" e não aceita, de forma algu- ma, outro esquema para a ICESA, que não seja aquele que ele preconiza.

"O DIA" — Esse esquema é a inviabilidade?

ICESA — É a inviabili- de. É a falência. Mas já agora convém acentuar que quan- do se fala em falência se deve pensar que a Icesa não pode ter uma falência normal. Por- que muita gente diz assim: vai à falência hoje e abra amanhã com outro nome. Ora, isto não pode ser assim.

A Icesa é dona dos terre- nos onde está a construir e se for à falência fica sem esses terrenos, o mesmo aconte- cendo com as gruas, etc., etc.. Ficaria ou ficará, portanto, sem a totalidade dos meios de produção e sem eles não pode fazer nada. Além disso, a técnica de pré-fabricação pesada "é" a Icesa e se calhar as pessoas não a vão dar a outra empresa, enquanto não se lhes pagar o que se lhes deve, pelo menos.

## REBATER AO NÍVEL DO "PARECE"...

Vale a pena focar ainda outra questão: nós temos or- denados em atraso, embora o Estado nos deva muito di- nheiro, porque temos a parti- cularidade de ser talvez a única empresa que cumpriu os contratos da CAR, sem re-

ceber dinheiro. Já entregá- mos, há cerca de dois meses, 190 fogos e 50 vivendas em Via-Longa e ainda estamos à espera que eles nos paguem uma verba aproximada de 100 mil contos.

"O DIA" — Em relação a este Governo, que contactos é que a Icesa estabeleceu?

ICESA — A Icesa contac- tou com um assessor da pri- meira-ministra a quem deixá- mos uma carta, pedindo-lhe para visitar a empresa e ainda não obtivemos resposta.

Contactámos também o secretário de Estado da Habi- tação, portanto, o Ministério da Habitação, secretário de Estado do Tesouro e o chefe do gabinete do ministro das Finanças.

O secretário de Estado da Habitação tem-nos resolvido os problemas que se situam no âmbito da sua acção.

O secretário de Estado do Tesouro, depois de muitas tentativas, acabou por rece- ber responsáveis pela empre- sa, começando logo por dizer que a Icesa estava falida, como o relatório comprovaria. Com a exposição feita pelos representantes da Icesa, fi- cou um bocado mais sensibi- lizado. Por outro lado, o ad- junto deste secretário de Es- tado, que está a tratar do as- sunto, diz que chamou as empresas associadas que apresentaram ideias diferen- tes das incluídas no contrato de viabilização. O que quer dizer que voltamos outra vez ao princípio. As pessoas di- zem as coisas mas não quan- tificam, o que cremos ser ex- tremamente grave. Em ter- mos económicos e financei- ros, rebater um estudo não pode ser feito ao nível do "parece"...

Também tem é que se dizer que o estudo está mal nestes parâmetros, ou está bem.

Dois milhões de contos

Continua na pág. 27



Fundação Cuidar do Futuro

ninguém outra empresa no País consegue bater a Icesa em rapidez de construção e preços

fácil pô-la rapidamente a ovimentar. Além disso, nós utilizamos uma técnica de pré-fabricação pesada, técnica essa que é praticamente única no País.

O secretário de Estado m para a televisão dizer se a salvação da carência abitacional é avançar-se em rça na pré-fabricação. Nós mos os processos mais evo- lúdos em pré-fabricação pe- da — temos um processo de tem resultado, que é rá- do, conduz a grandes bair- s, em pouco tempo, e a eços baixos e deixa-se tudo o ir por água abaixo... É eciso que alguém responsá- l tenha conhecimento dis-

"O DIA" — Como é que trabalhadores têm reagido a todo este processo?

ICESA — Os trabalhado- res reagido sempre de ma- ira razoável relativamente todos os atrasos de paga- mento de salários e a todos problemas que têm existi- do. Evidentemente que, nes- momento, a gravidade dos

problema de fundo da empre- sa seja difícil de resolver por- que há muitos interesses em jogo e porque envolve mon- tantes bastante volumosos. Agora, o que me parece fácil decidir é se a empresa tem interesse do ponto de vista nacional ou não.

Decretando a falência, tu- do será vendido ao desbarato e há um aspecto muito mais grave que são os clientes. Os milhares de pessoas que têm fogos comprados, mas não têm escritura feita, vão ficar sem o dinheiro que deram e sem a casa.

E o Estado, que tem uma empresa destas e que deixa evoluir a situação nesse senti- do, para nós, se o fizer consci- entemente, está a roubar toda a gente. Juridicamente tudo isto pode estar certo, moralmente é que não está.

Neste momento temos en- tre mãos, entre acabado e pa- ra acabar, 2475 fogos mais 32 lojas.

prio banco, ou não?

ICESA — Claro. É uma de- cisão estúpida em termos de economia, em termos de uma perspectiva mais longa. No entanto, do ponto de vista da economia nacional, a decisão é um profundo dis- parate.

Supomos que o ponto nevrálgico desta questão é que as dificuldades podiam vir de entidades oficiais que conscientemente estavam a



A FALÊNCIA NUNCA



## A destruição de uma empresa

Continuação da pág. 3

não se resolvem porque "cheira" a quem quer que seja isto ou aquilo. Têm que se quantificar, que se estudar e que se resolver.

O que nos confrange é que se está a perder mil contos por dia e ninguém neste País olha a isso.

Há quatro ou cinco pessoas que estão acobertadas pelas organizações a que pertencem e que fazem aquilo que lhes apetece. Escondem-se e não assumem as suas posições publicamente. Podem reunir-se em assembleia geral e definir a falência da empresa. Se têm esse "chairo" de que isso tem que ser assim, pronto. São donos da empresa, que decidam. Mas não são capazes nem de abrir, nem de fechar e isso é que é extremamente perigoso. E isto é importante que seja dito: as pessoas que di-

zem que a empresa vai falir vão ter razão, porque eles próprios estão a fazer tudo para que isso mesmo aconteça.

Ainda há dias um antigo gestor do banco, da altura em que os financiamentos proporcionaram a recupera-

ção da empresa, nos dizia que essa decisão tomada se baseava na consciência de que a empresa era recuperável. Agora se voltasse ao banco — disse ele — já não sei se fazia a mesma coisa, porque se calhar a empresa já não se pode recuperar.

## VENDEDORES

Empresa em fase de relançamento na sua gama de produção pretende colaboradores:

- Dinâmicos
- Ambiciosos
- Idade entre 25 e 35 anos
- Gosto por vendas
- Alguma experiência
- Facilidade em estabelecer relação

Agradece envio de curriculum a este jornal ao n.º 807.

## PART-TIME 3 HORAS

Compareça para ser esclarecido/a na Av. Almirante Reis, 99-1.º Esq. às 11 horas de 2.ª feira. Ganhos na ordem dos 9 contos.